

REFLEXÕES SOBRE A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL A PARTIR DOS DISCURSOS DE FUNDAÇÃO DA LIGA DA DEFESA NACIONAL¹

REFLECTIONS ON THE CONSTRUCTION OF NATIONAL IDENTITY FROM THE SPEECHES OF FOUNDATION NATIONAL DEFENCE LEAGUE

Tiago Siqueira de Oliveira²

RESUMO: Este artigo tem como objetivo problematizar a representação da identidade nacional, segundo os integrantes da Liga da Defesa Nacional, entre o final da I Guerra Mundial até a Revolução de 1930, a qual propõe um Projeto de Defesa, mas nele implicando um Projeto de Nação. Esta abordagem tem, como ponto de partida, os discursos proferidos por Olavo Bilac, na fundação da referida entidade, em 1916, identificando, neles, a tentativa da confluência de interesses, norteada pelo poeta, para um Projeto Nacional, baseado, inicialmente, no Serviço Militar Obrigatório, desdobrando-se em uma proposta de Instrução Primária (alfabetização) à população, como estratégias para a construção da identidade nacional. Tal Projeto tinha como objetivo propor a Unidade Nacional, por meio da centralização de Políticas de Estado pelo Governo Federal, objetivando a futura ocupação do espaço geográfico do país, conforme sua concepção própria de nacionalismo e cidadania. Em suma, procuraremos demonstrar, em nossa hipótese, que o objetivo em relação à fundação da Liga de Defesa Nacional, em 1916, era construir um projeto de modernização conservadora do Estado Brasileiro, momento em que os militares, juntamente com os civis, atuaram como Partido Militar, enquanto possibilidade histórica factual.

PALAVRAS-CHAVE: Liga da Defesa Nacional. Identidade. Nacionalismo e Serviço Militar Obrigatório.

ABSTRACT: This article attempts to discuss the representation of national identity, according to the members of the League of National Defence, between the end of World War I until the Revolution of 1930, which proposes a Defense Project, but it implies a Project of Nation. This approach has, as its starting point, the speeches by Olav Bilaspur, in the foundation of this entity in 1916, identifying them, the attempt of the confluence of interests, guided by the poet, for a National Project, based initially on Compulsory Military Service, unfolding in a proposed Primary Education (literacy) to the population, such as strategies for building national identity. This project aimed to propose the National Unity through centralization of state policies by the Federal Government, aiming at the future occupation of the geographic area of the country, according to its own conception of nationalism and citizenship. In short, we aim to demonstrate on our hypothesis, that the objective in relation to the founding of the League of National Defense in 1916, was to build a project of conservative modernization of the Brazilian State, when the military along with civilians, acted as Military party, while factual historical possibility.

KEYWORDS: League of National Defense. Identity. Nationalism and Compulsory Military Service.

INTRODUÇÃO

A construção do conceito de Nação na segunda década do século XX foi algo peculiar para a historiografia brasileira. A História tradicional difundida no período da Ditadura Militar foi, em grande medida, reflexo das discussões realizadas durante

¹ Este artigo é produto das reflexões realizadas na disciplina “Identidade (s) e Construções Identitárias na Contemporaneidade”, ministrada pelo Dr. Antonio Mendes da Costa Braga, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais no ano de 2012, na Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, São Paulo\Brasil- UNESP- Universidade Estadual Paulista.

² Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, desenvolvendo pesquisa na Linha 3 – trabalho e sociabilidade do referido Programa de Pós-graduação e no Projeto de Pesquisa Militares e Esquerda Militar no Brasil, e-mail: tiago_deoliveira@ig.com.br. Orientador: Dr. Paulo R. Rodrigues da Cunha, e-mail: prrcunha@uol.com.br. Faculdade de Filosofia e Ciências, CEP:17525-900 – Marília, São Paulo\Brasil- UNESP- Universidade Estadual Paulista.

os discursos realizados por Olavo Bilac a partir de 1915, no qual tinha a finalidade de incentivar os estudantes brasileiros a prestarem o Serviço Militar Obrigatório. Neste sentido, para embasarmos nosso artigo, cabe aqui tentarmos analisar o conceito de identidade. O que é identidade brasileira? Considerando que nosso período proposto de análise está focado no início do Século XX, qualquer tentativa de debater o conceito, só é possível, por meio do conceito de alteridade. Pois, parafraseando Barth (2000), a identidade não é substancial, mas sim construída nas relações. A ideia do relacional tem um lugar no mundo, notadamente, a partir das experiências sociais com outras culturas tanto locais quanto distantes. A dimensão da identidade seria coletiva, por meio do contato com as outras pessoas. A identidade é algo que se constitui no processo de alteridade com o outro, pois a partir da experiência e contato com o outro reconhecemos nossas diferenças.

Diante das afirmações acima, o conceito de identidade não é algo dado e não é sujeito de ação, pois nossa identidade é construída cotidianamente e dialeticamente. Neste sentido, o que identificamos como tradição são processos de atualização de nossa identidade, além da manutenção de alguns “costumes” para marcar a fronteira relacional entre o “eu” e o “outro”. As pessoas são agentes, as quais estão em confronto com os grupos, possibilitando a reflexão de qual grupo ela faz parte. Assim, podemos sugerir que o nacionalismo proposto por Olavo Bilac estava fundamentado nesta perspectiva de construir a identidade brasileira, pois, naquela época o “ser” brasileiro era apenas uma proposta sem substância. O conceito do “eu” neste processo é dependente do grupo, pois é necessário pensar o “nós”, ou seja, o grupo precede o indivíduo, pois, este grupo é identificado por ele mesmo e por cada elemento constitutivo. Há um processo de construção do conhecimento que precisa ser chancelado pelo coletivo, ou seja, as regras do grupo precisam ser claras. Na produção do conhecimento é necessário definir os códigos. Sendo assim, qual o lugar do intelectual neste espaço de construção e reprodução social? Olavo Bilac seria este intelectual engajado, sendo homem de seu tempo, procurou influenciar e criar a ideia de identidade nacional, por meio do Serviço Militar Obrigatório. O reconhecimento do grupo criado em torno do Serviço Militar geraria a ideia de pertencimento, onde os indivíduos reconheceriam suas semelhanças, supostamente respeitando as diferenças. Faz-se necessário advertirmos que o discurso de reconhecimento da diferença foi diferente da prática. A intenção do poeta era legitimar o conceito de nacionalidade brasileira.

Bhabha (1998), na obra “O Local da Cultura”, tenta desconstruir a corrente que afirma que tradição legitima a identidade. A identidade, segundo ele, remete à tradição que legitima a própria identidade. No caso brasileiro, diferentemente ao analisado na obra, não vivemos o multiculturalismo, mas nosso problema se delineia sobre o local onde a fronteira se faz presente. E aqui, não estamos falando da fronteira física geográfica,

mas sim a cultural. Na modernidade vivida por Bilac, as tradições eram solidificadas. Segundo Bhabha (1998) o momento da fronteira é o local da diferença e que esta diferença é reivindicada. Propomos a leitura deste artigo, a partir desta abordagem, pois como era o “outro” para Bilac? A identidade construída no discurso de Bilac é cheia de tensões e ambiguidades, porque naquele momento, acreditamos que ainda não era perceptivo para os atores sociais que a identidade nacional estava em constante processo de construção e reconstrução. Paraphraseando Bhabha (1998, p. 322), já que não somos iguais, vamos reivindicar nossa diferença. Entretanto, precisamos realizar um adendo nesta exposição, pois, Babha (1998) trabalha com o conceito de etnia e não indivíduo. O foco de Olavo Bilac está no indivíduo, ou seja, o cidadão transformar-se em coletivo. Esse adendo é necessário para não vulgarizarmos a reflexão, caindo no senso-comum, pois a dimensão coletiva está na etnia para o autor que mencionamos e o objetivo de Olavo Bilac é o fortalecimento do Estado-Nação hegemônico.

Diante do exposto, Tambiah (1997) trabalha com dois conceitos de nacionalismo (Estado-Nação e Etnonacionalismo) em seu texto “Conflito etnonacionalista e violência coletiva no sul da Ásia”, a dinâmica das relações coletivas está na etnia e não no indivíduo. Este fato e a questão de não existir um Estado-Nação hegemônico, não se pode afirmar que esta forma seria menos civilizadas. Portanto, para algumas nações o elemento étnico é central. No caso brasileiro isto não se confirma. Há representações diferentes sobre o conceito de identidade para a tradição moderna e para os autores que citamos acima. Inclusive cabe ressaltar, que houve juízo de valor entre os conceitos de “nações civilizadas” e de “não-civilizadas” por parte de intelectuais contemporâneos ao Olavo Bilac. Nosso objetivo central está em demonstrar o início do processo de modernização do Estado brasileiro pretendido pelos militares, com a mediação inicial de Olavo Bilac. Como afirma Hall (2003, p. 52), “dos muitos aspectos que uma resposta abrangente à questão [nacional] incluiria, selecionei cinco elementos principais”: 1º a narrativa da nação, 2º ênfase nas origens, na continuidade, na tradição e na intemporalidade, 3º invenção da tradição, 4º narrativa cultural no mito fundacional e 5º ideia de povo. Este autor, do ponto de vista analítico, não trás a questão do sujeito, mas a processualidade histórica. Para Hall (2003) o sujeito pós-moderno se depara com outro problema, com sua subjetividade dentro dos processos históricos. Porém, para o período de Bilac, assim como argumentou Anderson (2008), a identidade nacional é uma “comunidade imaginada”. Anderson (2008) argumenta que as diferenças entre as nações residem nas formas diferentes pelas quais elas são imaginadas. Mas como é imaginada a nação brasileira na segunda década do Século XX? Assim, nosso artigo é uma tentativa de representar como o conceito de nação brasileira foi construído e ratificado pelos militares no início do século XX.

I A CONSTRUÇÃO DO NACIONALISMO COM REFERÊNCIA AO RECRUTAMENTO MILITAR

A saída precária para a construção do nacionalismo foi o recrutamento para o serviço militar. Na visão de Bilac, este imperativo constitucional/legal foi realizado de acordo com as vicissitudes das crises, adaptando-se as políticas de Estado com caráter militar. A I Guerra Mundial foi, segundo nossas leituras, o embrião para o pensamento nacional com esta característica militar acima mencionada, evento este posterior à Proclamação da República, mas que inseriria os “jovens” cidadãos na construção do nacionalismo de Estado. A legislação sobre o recrutamento evoluiu, de acordo com a conjuntura política, econômica e, principalmente, social. Gonzales (2008, p. 100) afirma que “em alguns casos, isso ocorreu para atender as determinações das novas Cartas Magnas em vigor, a partir de 1824”. Outros autores, dentre eles, Carvalho (2006), Faoro (1975), Carone (1971), MacCann (2009), Mendes (2004), Izeckohn (2004), Kraay (1999), Beattie (2004), Kuhlmann (2001), afirmam que diversos documentos foram criados, modificados ou atualizados para submeter a população ao serviço militar. Dentre essas leis, podemos listar a promulgação da Lei do Sorteio (Lei nº 2.556, de 26 de setembro de 1874), que não teve efetiva aplicação, mas cujas linhas gerais seriam retomadas na Lei do Alistamento e Sorteio Militar de nº 1868, promulgada em 4 de janeiro de 1908, a qual serviu de base para os discursos sobre “A Defesa Nacional”, proferido por Olavo Bilac. Essa Lei foi modificada em 1918, pelo Decreto nº 15.934, de 22 de janeiro de 1923, o qual versava sobre o regulamento do Serviço Militar. Acompanhando a linha temporal da evolução da legislação sobre o recrutamento militar, observamos que, em 1939, durante o Estado Novo, foi criada a nova Lei do Serviço Militar, a qual seria modificada em 1946, após a II Guerra Mundial, chegando-se, finalmente, à atual Lei nº 4.375, publicada em 17 de agosto de 1964, data posterior ao Golpe Civil-Militar de 31 de março de 1964.

É importante ressaltar que a primeira Lei de Recrutamento, no Brasil independente, tratava das instruções dadas pelo Ministro da Guerra, Souza Coutinho, em julho de 1822, a qual define o procedimento de recrutamento, levando-se em conta a diversidade da população (em seu aspecto social e econômico) e a questão política (consciência) da classe dominante em relação à necessidade da realização do recrutamento militar.

[...] essas instruções orientavam que os claros nas unidades do Exército de 1ª Linha deveriam ser preenchidos por homens brancos solteiros e pardos libertos, de 18 a 35 anos, por caixeiros de lojas de bebida e tabernas e inclusive os milicianos impropriamente alistados e que estivessem fardados, ou que subsistem de uma honesta e legal indústria. (MAGALHÃES, 2001, p. 256).

Todavia, havia inúmeras isenções legais, ou obtidas por meio de uma rede de privilégios ou mediante escusas e evasões. As isenções “legais”, afirma Gonzales (2008) respaldavam os indivíduos que se enquadrassem em uma das situações abaixo relacionadas, conforme estabelecia a norma nº 67, de 10 de julho de 1822.³

[...] o homem casado; o irmão de órfãos que tivesse ao seu cargo a subsistência e educação deles; o filho único de lavrador ou um à sua escolha, quando houvesse mais de um, cultivando terras próprias, aforadas ou arrendadas; o filho único de viúvo; o feitor ou administrador de fazenda de plantação, criação ou olaria, com mais de seis escravos; os tropeiros, os boiadeiros, os mestres de ofício com loja aberta, pedreiros, carpinteiros, canteiros e pescadores, oito bolieiros em cada cocheira pública, dois nas casas particulares com mais de duas seges, um nas casas com até duas seges, um que exercitem os seus ofícios efetivamente e tenham bom comportamento; os marinheiros, grumetes e moços embarcados ou de comércio de grosso trato e, finalmente, todos os estudantes que apresentem atestados dos respectivos professores, que certifiquem a sua aplicação e aproveitamento. (BRASIL, 1822, p. 57).⁴

O sistema de recrutamento segue como marca classificadora de cidadania. O processo de distinção do trabalho, no Exército, era classificado de acordo com as distinções feitas entre as pessoas, ou seja, queriam a participação da população, mas não a conscientizava em relação ao imperativo constitucional de preservação da soberania do país.

Vinham, depois, em escala descendente, os servos e os escravos, em que se recrutariam os elementos marginais, como em parcelas da camada média, que vão constituir as sobras urbanas, a que o recrutamento militar, pelos processos brutais do tempo, vai dedicar as suas atenções. Porque é entre essa gente flutuante, que se aglomera nas áreas urbanas, sem se integrar nas atividades que definem tais áreas e lhes dão fisionomia específica, que serão encontrados os que, arrebanhados como animais, e à força, na regra dos casos, constituirão as fileiras militares, em terra e no mar [...] (SODRÉ, 2010, p. 93-94).

³ BRASIL. Decisão n. 67, de 10 de julho de 1822. Estabelece as condições para se eximir do serviço militar. Ministro da Guerra. Coleção Leis do Império. Disponível em: [HTTP://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/doimperio](http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/doimperio). Acesso em 12 Jan 2010, p. 57-58. As instruções mencionadas são um apêndice deste documento e tem o seguinte título: Instruções que a S. A. Real, pela Secretaria de Estado dos negócios da Guerra, remeter ao Tenente General Governador das armas desta Corte e Província, Joaquim Xavier Curado, para na conformidade dellas se proceder ao recrutamento nesta mesma Corte, e nos Districtos da Província, sendo enviadas ao respectivos comandantes para seu governo.

⁴ Os isentos eram adscritos para servir na 2ª Linha ou nas Ordenanças. Segundo Gonzales (2008, p. 101) nas organizações militares portuguesas, entre o século XVI e princípio do século XIX, as Ordenanças eram as tropas de 3ª Linha, que atuavam na sua área territorial como auxiliares do Exército regular (1ª Linha) e das Milícias (2ª Linha). As tropas regulares ou pagas (mercenários) constituíam o Exército de Campanha e era com ele que se empreendiam as operações da grande guerra. Contudo, na Lei de 18 de agosto de 1831, extinguiu-se os corpos de Milícias e Ordenanças, as quais dependiam do Ministério da Guerra e cria-se as Guardas Nacionais no Império do Brasil, que passam a depender do Ministério do Interior e Justiça. O Exército regular foi mantido para a segurança do Rei.

Apesar de não conterem explicitamente a expressão *recrutamento forçado*, as “Instruções para o Recrutamento”, de 1822⁵, em seu item XV, determina que os recrutados que se “forem apurando” devem vir acompanhados de “competente escolta para sua guarda, sem que jamais se empreguem correntes, algemas, ou manilhas” (BRASIL, 1822, p. 57). Deduzimos então que, se havia necessidade de escolta, era porque o risco do recrutado fugir era real, o que nos leva a considerar que o recrutamento era forçado, mas sem aparente agressão, exceto nos casos em que a regra assim estabelecia, conforme afirma Sodré (2010). A população livre do Império via o serviço das armas como uma forma extrema de degradação social.

O Recrutamento forçado era ainda o principal artifício para preencher as linhas do Exército. A “caçada humana” do recrutamento tinha o efeito de uma praga: vilas e cidades são abandonadas, os moços fogem, agricultura e indústria são prejudicadas. Põe-se em movimento no recrutamento forçado um jogo de gato-e-rato: os recrutadores usam de todos os expedientes e ardis para completar suas cotas, e os recrutáveis potenciais, de sua parte, realizam esforços desesperados de evasão ou adequação às circunstâncias de isenção. Fuga, automutilação, resistência armada, falsificação de documentos, casamentos de última hora, tudo servirá na profusão de estratégias de evasão dos recrutáveis. (MENDES, 2004, p. 125).

Podemos considerar, diante do exposto acima, que o recrutamento era realizado, prioritariamente, entre a população pobre, negros fugitivos da escravidão, andarilhos, mendigos, criminosos, entre outros, pois os “cidadãos de bem” geralmente conseguiam se eximir do serviço militar, sobrando o ônus para os pobres. Interessante destacar que estamos nos referindo a um tempo de paz, ou seja, período em que não havia conflitos externos. Posteriormente ao período citado (1822-1860), ocorreu a Guerra do Brasil contra o Paraguai, aprofundando os conflitos entre recrutados e o Exército. Consoante Gonzales (2008, p. 102), podemos afirmar que a expressão *população livre* remete-nos à ideia de que havia uma repulsa generalizada, em toda a sociedade da época, pela carreira militar. O recrutamento, no Brasil Império, não foi apenas uma “imposição de um estado forte sobre uma população desgraçada”, mas um sistema governado por complexas regras não escritas, para as quais contribuíram o Estado, a classe de senhores de terras, escravos e boa parte dos pobres livres, cada qual tirando, para si, benefícios significativos.

Uma densa rede de ligações entre patronos e clientes nos três grupos (senhores de terra, homens livres e escravos) guiou e constrangeu um sistema de recrutamento legítimo em tempo de paz, o que suscitou pouco mais do que oposição retórica, senão, claro, dos poucos infelizes alistados nas Forças Armadas. (KRAAY, 1999, p. 2).

⁵ Vide nota de rodapé n. 16.

Devemos pontuar a afirmação dos dois autores e concordar em parte com elas, pois os “desgraçados”, conforme afirma a citação acima, constituíam a população pobre. **Em primeiro lugar**, as cidades não possuíam uma densidade demográfica significativa; a incipiente indústria de manufatura e o comércio interno eram insignificantes para a economia geral do país, pois a maioria da população morava no campo, conforme a Instrução de 1822, do Imperador, que norteava as condições de isenção. A população citadina era pouco numerosa, como também o era a diversidade de produção, o que não justificava elencar os diversos ofícios, como necessários e fundamentais para economia.

Alicerçando-nos em Sodré (2010), fica patente o privilégio da pequena burguesia, principalmente no tocante aos artesãos, os quais eram suficientemente qualificados para serem enquadrados nos requisitos da referida Instrução. A maior parte das terras estava em mãos de latifundiários. **Em segundo lugar**, quando não havia guerra, a situação era tranquila; deve-se considerar que ainda não havia eclodido o conflito contra o Paraguai. Quando se iniciaram as convocações para os combates, a maioria dos soldados era composta de escravos, como afirma vasta bibliografia, dentre as quais privilegiamos a leitura de Moraes (2005). O referido autor afirma que a maior parte da população, principalmente os que pertenciam ao círculo social dos latifundiários, se eximia do recrutamento militar. Sendo assim, os enviados ao combate na Guerra contra o Paraguai foram os pobres, criminosos e os escravos, com a pretensa promessa, para estes últimos, de que seriam libertos após a guerra. Em sua maioria, os escravos eram enviados para o combate no lugar de seus senhores. Finalizando, e em terceiro lugar, em tempo de paz, os pobres e ex-escravos constituíam um potencial problema social/criminal para as cidades, que começavam a ter um grande crescimento populacional, acentuando os problemas de saneamento básico, de educação e de moradia. A pressão internacional, em especial da Inglaterra, para o término da escravidão colocou em destaque o serviço militar, como forma de saneamento das cidades e arredores das fazendas, ao retirar os mendigos e os ladrões de circulação, visto que não havia trabalho para todos.

A opção das classes mais favorecidas economicamente, ou melhor, a saída muitas vezes buscada, era se voluntariarem para compor os quadros da Guarda Nacional, criada por Lei de 18 de agosto de 1831.

A Guarda Nacional representava uma realidade diferenciada. O serviço ordinário era prestado dentro do município e poderiam se alistar os cidadãos que possuísem renda líquida anual de duzentos mil réis, com mais de dezoito anos e menos de sessenta anos. Essa Lei estabelecia ainda que, com exceção das “cidades do Rio de Janeiro, Bahia, Recife, Maranhão, e seus respectivos termos, em todas as outras cidades, a renda líquida anual para o alistado era de cem mil réis. O Decreto de 25 de outubro de 1832, traz uma extensa lista de situações nas quais os indivíduos poderiam entrar para a lista de reserva da Guarda Nacional, entre estes casos, profissões como advogado,

médico, professor ou estudante de escolas jurídicas, de medicina, seminários episcopais, magistrados, políticos, administradores de fazendas com cinquenta escravos, dentre outros. (GONZALES, 2008, p. 104).

Dessa forma, mesmo no interior do grupo apto para se alistar na Guarda Nacional, havia os que recebiam favorecimentos, graças ao *status* social, indo direto para a reserva dessa força militar, e assim eximindo-se do serviço militar no Exército. Às vésperas da Guerra contra o Paraguai, o sistema de recrutamento, no Brasil, ainda enfrentava problemas graves. De acordo com Magalhães (2001, p. 288), o Marquês de Caxias, então Ministro e Secretário de Estado e Negócios da Guerra, em 1856, apontava, como motivo das insuficiências no Exército, o temor das classes inferiores da sociedade pela atividade militar e a exiguidade do soldo, ou seja, o salário, “que é menos de um décimo do que ganha um simples servente de obra”⁶. Caxias reivindicava uma Lei que obrigasse ao serviço militar todos os cidadãos aptos e, simultaneamente, que fossem estimulados o voluntariado e os engajamentos, facilitando as substituições; Contudo, reconhecia a dificuldade em se fazer uma Lei satisfatória, devido aos costumes sociais e à falta de estatística e de censo populacionais.

Pelo que analisamos até aqui, o recrutamento, durante o Brasil Império, particularmente durante a Guerra contra o Paraguai, não foi resolvido, “refletindo em um crônico problema de efetivo de soldados nas fileiras do Exército” (GONZALES, 2008, p. 106). O medo do cotidiano da caserna, e também a repulsa da população em relação à incorporação de recrutas com “deformações morais e éticas”, constituem assunto que abordaremos, posteriormente, por meio dos discursos de Bilac. Izecksohn (2004), ao analisar também o recrutamento durante a Guerra contra o Paraguai, constata a enorme dificuldade de se organizar essa atividade, discorrendo que a alternativa para se recompor as fileiras do Exército foi alistar escravos libertos, pelo recrutamento forçado, ou, ainda, mediante alguma recompensa aos senhores de escravos para que os doassem para o alistamento. Inclusive, “é conhecido, aliás, o caso de escravos, que,

⁶ Este temor não era infundado, pois vigoravam severos castigos na instituição militar. Estes se sustentavam nos Regulamentos Disciplinares implementados ainda no Exército Português pelo Marechal General Conde de Schaumburg Lippe (Wilhelm Schaumburg-Lippe) em 1768, os chamados “Artigos de Guerra”. No relatório do Ministério da Guerra de 1855, o Marquês de Caxias reclama uma reformulação do sistema de penalidade militar em vigor, visto que este não mais atendia às necessidades da Instituição à época. Relatava o Marquês: “[...] dos actos de tal legislação resulta a falta de nexo pela analyse comparativa de suas posições, e a carência de proporcionalidade que é o princípio salutar em que se funda a rectidão da justiça punitiva. Essa legislação [Artigos de Guerra] que se **acha em forma antagonismo com as instituições que nos regem, e a cuja penalidade repugnão a razão, e o direito**, reclama altamente uma reforma, de que resulte tão completo quanto é possível um código penal militar [...] em que se combinem os princípios de humanidade e rigor salutar reclamado pela disciplina que convém à Força Armada regular: um código, enfim, cuja penalidade não toque o inexecutível por severa, nem anime as reincidências por suave”. BRASIL. Ministério da Guerra. Relatório: 1855. Rio de Janeiro, 1856. Center for Reserach Libraries. Disponível em: [HTTP://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2200/00020.html](http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2200/00020.html). Acesso em: 13 jan 2010. p. 18 [grifos nossos]. O regulamento Disciplinar do Conde Lippe vigorou no Exército até o ano de 1907. Para mais informações sobre os Artigos de Guerra do Conde Lippe, consultar PINHEIRO, Jacy Guimarães. *O conde Lippe e seus artigos de guerra*. Revista do Superior Tribunal Militar, Brasília, v. 4, n. 4, p. 61-69, 1978; BARROSO, Gustavo. *O regulamento do Conde Lippe*. Revista do Superior Tribunal Militar, Brasília, v. 7, n. 8, p. 101-105, 1983.

podendo ganhar a liberdade, seguindo para a guerra do Paraguai preferiram ficar no cativeiro” (HOLANDA, 1977, p. 330).

Em 1874, mediante a promulgação da Lei do Sorteio Militar⁷, procurou-se estabelecer o recrutamento universal, por meio do engajamento ou reengajamento de voluntários ou, na ausência destes, por sorteio dos cidadãos alistados anualmente.

Maquiavel (1998) sugere, em sua obra *O Príncipe*, que o Rei necessita incitar o nacionalismo, ou seja, o sentimento nacional, particularmente o amor ao território, pois a população só participará de um tipo de serviço militar geral e compulsório se tiver motivos fortes, notadamente emocionais, de apego ao seu lar e a seus valores culturais, postulava o autor no século XVI. Para ele, o que mantém um Estado forte, sendo este novo ou velho, são um Exército bom e leis boas:

Afirmo, então, que os Exércitos com os quais um príncipe defende seu Estado lhe são próprios ou são mercenários, ou auxiliares ou mistos. Os mercenários e auxiliares são inúteis e perigosos e aquele que mantém seu Estado com base em exércitos mercenários jamais gozará de firmeza e segurança, pois eles são desunidos, ambiciosos, indisciplinados e desleais. Mostram fortaleza entre os amigos, vileza entre os inimigos [...] A razão de tudo isto é que nenhum sentimento e motivação os conduz ao campo de batalha, lá estando só por dinheiro, o que não basta para que queiram morrer por ti! Desejam ser teus soldados enquanto não há guerra, mas uma vez eclodida a guerra, preferem fugir ou ir embora. (MAQUIAVEL, 1998, p. 101-102).

A questão central, para discutirmos a fundação da Liga da Defesa Nacional, é a de que, à época, tínhamos um Estado, mas não possuíamos uma Nação. O Imperador D. Pedro II tentava equilibrar seu domínio, mediante concessões aos interesses dos latifundiários, à pressão dos ingleses, os nossos novos colonos, entre outros. Cardoso (1981, p. 100), afirma que nunca foi a favor da outorga dada à Princesa Isabel pela liberdade concedida aos escravos, pois, segundo ele, o Gabinete Imperial era conservador e, portanto, leal e legitimamente escravocrata, sendo a abolição um recurso desesperado, e último cartucho queimado em defesa do Império. Praticamente, a emancipação dos escravos já estava feita, antes da Lei de 1888, segundo o autor⁸.

⁷ BRASIL. Lei n. 2556, de 26 de setembro de 1874. Estabelece o modo e as condições do recrutamento para o Exército e Armada. Coleção Leis do Império. Disponível em: [HTTP://www2.camara.gov.br/internet/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao7.html](http://www2.camara.gov.br/internet/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao7.html). Acesso em 15 dez 2009.

⁸ Em seu capítulo “à margem da História da República”, Vicente Lício Cardoso cita o recenseamento detalhado Osório Duque Estrada, A Abolição de 1918, p. 260. Em 1873 haviam no Brasil 1.541.308 escravos; em 1883 haviam 1.211.926; Em 1887 haviam 723.419; Em 1888 haviam 500.000 escravos. Segundo o Cardoso (1980, p. 100) guardando o mesmo coeficiente de mortalidade para o período 1883-1887, verifica-se então que “emancipação e fuga” aliviaram os escravos de um total de 400.000 (4 anos apenas). Em 1872 era a seguinte proporção de escravos nos núcleos mais importantes:

Bahia-pop.	1.271.792 habitantes livres e 167.824 escravos.
Rio de Janeiro	490.087 habitantes livres e 297.637 escravos.
São Paulo	680.742 habitantes livres e 156.612 escravos.
Minas Gerais	1.669.276 habitantes livres e 370.459 escravos.
Pernambuco	752.511 habitantes livres e 89.028 escravos. (Recenseamento de 1872).

2 A PROBLEMÁTICA DA MODERNIZAÇÃO DO EXÉRCITO.

Outra observação a ser feita para a defesa do Serviço Militar era a mudança de Doutrina de Guerra e a tecnologia de defesa neste novo cenário. A questão central era a modernização do Exército. O convite do Imperador Alemão Guilherme II, em 1910, mediada pelo apoio do Barão de Rio Branco, e do então Ministro da Guerra, General Hermes da Fonseca, o qual seria posteriormente, Presidente da República contribuiu para que ocorresse o contato entre o Exército brasileiro e alemão. A iniciativa tinha como objetivo enviar turmas de oficiais brasileiros para a Alemanha, para concretizar intercâmbio de doutrina militar entre esses dois países. A Marinha do Brasil havia comprado, da Inglaterra, a que ficou conhecida como “Grande Esquadra Branca”. Entretanto, o Exército possuía materiais e Doutrina de combate obsoleto, resquícios do Exército Português. Para agravar ainda mais a situação, o Estado de São Paulo, a partir de 1906, trouxera uma missão militar francesa para o Brasil, no intuito de modernizar a polícia militar paulista, mais tarde denominada Força Pública.

Essa situação, no mínimo incômoda para o resto do país, deu lugar a muitos protestos, tanto por parte dos que temiam o “imperialismo” de São Paulo, quanto dos que consideravam uma perda de prestígio do Exército nacional o fato de que oficiais estrangeiros viessem treinar uma força armada estadual. Um oficial francês chegou mesmo a ser assassinado, antes que os nacionalistas mais exaltados aceitassem o fato consumado de que São Paulo teria seu próprio Exército. (MORAES, 2005, p. 134).

Naquele momento, a Alemanha travava com a França uma disputa pela liderança militar na Europa, conseqüentemente, cada qual buscava ampliar seu campo de influência. Essa disputa tanto incluía a ampliação do poderio bélico e inovações táticas doutrinárias, quanto a venda de armamento e envio de missões militares estrangeiras para instrução. Ao retornarem da Alemanha, oficiais brasileiros constituíram um grupo para multiplicar a doutrina militar alemã, aprendida durante o estágio. Tais oficiais seriam, posteriormente, apelidados de Jovens Turcos.⁹ Antes de continuarmos a discorrer sobre a influência do estágio dos militares na Alemanha, precisamos fazer um adendo, sobre a situação do Brasil, nos primeiros três decênios do século XX. É importante lembrar, antes de qualquer coisa, conforme ressalta Moraes (2005, p. 122), que praticamente não havia carreira intelectual profissional no Brasil. Não existia universidade e a imprensa

⁹ Em referência aos oficiais de MBustafa Kemal de forte influência positivista, que também estagiara na Alemanha. Os militares turcos, através da formação prussiana, reformou o império Otomano, o qual encontrava-se em decadência. Cabe deixar claro, que o Exército Turco era forte e nesta época em questão teve grande papel na transformação do país. Inclusive, as propostas implementadas por eles fora tão profundas que conseguiram mudar o alfabeto em 9 meses. Fazendo analogia com o Brasil, nós tínhamos proclamado a República, tínhamos um país, mas não uma nação. A população em sua maioria era analfabeta. Os latifundiários, em sua maioria, não se preocupavam com os rumos do país. A proposta de Hermes da Fonseca era transformar o Exército em uma instituição forte para contribuir com o desenvolvimento do Brasil. Os militares egressos do estágio da Alemanha debruçaram-se nos problemas do Exército, mas, principalmente, nos problemas estratégicos do Brasil. Quando Hermes da Fonseca chegou à Alemanha ficou impressionado com o que presenciou.

era incipiente. Os letrados eram quase todos amadores, e raríssimos podiam viver da pena ou do saber teórico. As carreiras existentes, as jurídicas notadamente, estavam submetidas, como todas as funções públicas do país, à ditadura da oligarquia, ou, parafraseando Oliveira Viana, à “política de clãs” da aristocracia rural, a qual controlava as autoridades policiais e judiciárias. O Exército, em tal contexto semifeudal, constituía uma das poucas e, sem dúvida, a mais importante oportunidade que se abria para os jovens sem fortuna nem padrinhos. Diante desse quadro, podemos sugerir, como hipótese, que os oficiais e os alunos das escolas militares queriam influenciar a política, de acordo com seus valores culturais que julgavam, ingenuamente, como os mais avançados de seu tempo, favorecendo uma perspectiva crítica, pequeno-burguesa, sobre a sociedade que contestavam. Essa seria uma possibilidade concreta, conforme nosso entender. Cunha (2002, p. 19) apropria esta leitura da atuação dos militares à esquerda, pois ela se dava por meio da “moralidade do compromisso”, notadamente a executada por alguns militares Tenentistas¹⁰, sobretudo quando o autor analisa a trajetória de Nelson Werneck Sodré.

Cabe ressaltar que os estagiários que foram à Alemanha não realizaram a reforma propriamente dita, mas deram o passo inicial, no que se refere à reflexão e à ação, no sentido de se modernizar do Exército. Os ex-estagiários fundam a *Revista A Defesa Nacional*¹¹, na qual publicam artigos sobre os problemas estruturais e administrativos do Exército e do País, discutindo-se, dentre outros assuntos, a necessidade do serviço militar obrigatório. A discussão da reforma, durante o século XX, tornava-se uma necessidade institucional amplamente aceita.

[...] já em 1904, o capitão Liberato Bittencourt publicou um livro exatamente com o título de “A reforma do Exército”, no qual preconizava a adoção do modelo chileno, cujo exército, organizado segundo rígidos critérios prussianos, desbaratara as tropas peruanas e bolivianas, e insistia no contraste entre sua disciplina e sua capacidade bélica e nossa “organização militar atrasada. (MORAES, 2005, p. 136).

¹⁰ Essa expressão é de Élide Bastos e Walquíria Rego, que tem um valor conceitual. Ela expressa uma singular linha de argumentação que valoriza a perspectiva do intelectual em sua relação com a política, na crença de que há uma relação entre sua atividade de pensar e um empenho moral no sentido de elevar a condição humana. Segundo Cunha, esta seria a condição *sine qua non* dos tenentes de 1922 e podemos sugerir Prestes, durante a Coluna. Ver: CUNHA, Paulo R. Rodrigues da. *Um olhar a esquerda: a utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

¹¹ Faz-se necessário esclarecer que o grupo de oficiais que estagiou no Exército Alemão, não era o mesmo grupo de oficiais que fundou a revista *A Defesa Nacional*. Nem todos que estagiaram na Alemanha, participaram da fundação da Revista. E nem todos os colaboradores da revista estiveram estagiando no Exército Alemão. Nosso conceito de Jovens Turcos remete àquele grupo que se aglomerou em torno da Revista “*A Defesa Nacional*”, e em torno do seu projeto. Não foi exatamente o estágio no Exército alemão a causa do referido apelido, colocado de forma pejorativa, no grupo, mas por causa das pretensões de discutir a questão nacional no Brasil, tendo o Exército como instituição atuante. Portanto, alguns oficiais aderiram a ideia, mas nunca estiveram na Alemanha. Os oficiais que passaram pelo treinamento na Alemanha foram Joaquim de Souza Reis, Estevão Leitão de Carvalho e Bertholdo Klínger. Sobre isso, ver a revista “*A Defesa Nacional*”, n. 1, 1913, p. 3. Os demais fundadores da revista não participaram do treinamento na Alemanha, mas aderiram à proposta da revista. A denominação Jovens Turcos era uma expressão irônica que tinha como referência a Sociedade Secreta Comitê Otomano de União e Progresso ou Jovens Turcos. Esta expressão é encontrada em Kohn (1963, p. 107). Os jovens Turcos originais era um movimento de caráter nacionalista e militar na Turquia. É importante destacar que o Exército turco também estagiou no Exército alemão. Ver também sobre os Jovens Turcos originais em Hobsbawm (1988, p. 53) e McCann (2009, p. 243-253);

Nessa exposição, o Capitão Bittencourt advogava a implantação, em nosso Exército, da doutrina alemã. Cronologicamente, após a defesa da reforma do Exército e, inclusive, com a publicação da Lei de 1908, versando sobre o serviço militar, a qual retificava a Lei de 1874, suprimindo dela alguns de seus mais graves abusos, como a isenção pecuniária e a isenção corporativa (várias categorias sócio-profissionais, que hoje denominamos “colarinho branco”, estavam dispensadas do serviço militar). A partir deste ato, foi se delineando o que se concebia como Exército Nacional. O princípio de que todo brasileiro tem a obrigação de prestar o serviço militar foi consagrado na Constituição de 1891, mas tornou-se sem efeito, por outros dispositivos constitucionais. Estimulados por esses primeiros sucessos, os militares se mobilizavam cada vez mais, em torno da questão nacional.

A Revista *A Defesa Nacional*, que é publicada até os dias atuais pela Biblioteca do Exército, agrupou a primeira versão de intelectuais politicamente consistentes no Brasil, em seu primeiro número, de outubro de 1913. Diferentemente do que difundiu Edmundo Campos Coelho, de que a revista era apolítica, vejamos o primeiro editorial dela, desconstruindo argumento daquele pesquisador:

[...] nas nacionalidades nascentes como a nossa, em que os elementos mais variados se fundem apressadamente para a formação de um povo, o Exército, única força verdadeiramente organizada no seio de uma tumultuosa massa efervescente, vai às vezes um pouco além dos seus deveres profissionais para tornar-se, em dados momentos, um fator decisivo de transformação política ou de estabilização social. (A DEFESA NACIONAL, 1913, p. 1).

Estavam os “Jovens Turcos” (como logo foram conhecidos os oficiais ligados à Revista *A Defesa Nacional*) convencidos de que a reforma do Exército tinha, na reforma da nação, seu desdobramento lógico. Interessante destacar que essa fração de militares, sempre no editorial de lançamento, criticavam os “espíritos liberais” por se insurgirem “contra as intervenções militares na evolução social dos povos”. Segundo eles, as sociedades nascentes “têm necessidade dos elementos militares para assistirem à sua formação e desenvolvimento”.¹² É de notar, nesse sentido, que, de um ponto de vista diametralmente oposto ao de Campos Coelho, Nelson Werneck Sodré tenha classificado os “Jovens Turcos” como idealistas que não compreendiam a impossibilidade de se criar um Exército organizado, eficaz e moderno, em uma sociedade onde predominavam relações de produção arcaicas, articuladas em torno do sistema latifundiário (SODRÉ, 2010, p. 256). Mas, cabe advertir que esses intelectuais militares não encontraram

¹² Moraes (2005, p. 139) com uma pitada de escárnio, afirma que tal franqueza esteve ausente, meio século depois, aos militares agrupados na autointitulada “Sorbonne” (que em 1964 deu o golpe civil-militar). Os “Jovens Turcos” propunham-se a exercer a função de tutores de uma nação ainda infantil, ainda muito distante do grau de elevação das sociedades ditas “civilizadas”.

terreno fértil para realizar as discussões sobre a modernização, pois o ensino técnico e científico tinha uma grande resistência entre os Oficiais de gerações anteriores. Fazendo um adendo, podemos notar, nesta afirmação, e parafraseando Carvalho (1978, 196-197) que, nas altas patentes, persistia o antagonismo entre o grupo dos “tarimbeiros” e o dos “bacharéis”, que se referia à diferença entre a formação e a origem desses oficiais.

Um exemplo dessa dinâmica pode ser observado em Barreto (1990), na obra *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, publicada em folhetins pelo *Jornal do Comércio*, no período de janeiro a março de 1911, em que denuncia os conflitos da geração entre militares, de maneira sofisticada. Em determinado trecho da obra, há um diálogo, no qual o General Albernaz, personagem caricato, defendia que o excesso de leitura enlouquece o homem. Pela relevância do diálogo, resolvemos inseri-lo na discussão, a fim de contextualizar a problemática do ensino, tanto para os militares, quanto para a população, a qual passava ao largo da escola.

- [...] Sabe de uma coisa General? (Interroga Florêncio)
- O que é?
 - O Quaresma está doido.
 - Mas... o quê? Quem foi que te disse?
 - Aquele homem do violão. Já está na casa de saúde.
- [...] Genelício atalhou com autoridade:
- Ele não era formado, para que meter-se em livros?
 - É verdade, fez Florêncio.
 - Isto de livros é bom para os sábios, para os doutores, observou Sigismundo.
 - Devia até ser proibido, disse Genelício, a quem não possuísse um título “acadêmico” ter livros. Evitavam-se assim essas desgraças. Não acham?
 - Decerto, disse Albernaz [...] (LIMA BARRETO, 1990, p. 24).

Possivelmente, podemos inferir que Barreto (1990) fazia alusão à resistência ao ensino dos Oficiais promovidos por atos de bravura na Guerra do Paraguai e os Oficiais recém- formados pela Academia, denotando o confronto de gerações.

Retornando ao nosso objetivo, ao fundarem a revista *A Defesa Nacional*, em 10 de outubro de 1913¹³, esses oficiais consagraram uma proposta de reforma do Exército Brasileiro, calcados na tradução das obras de militares alemães. Eles difundiam o sistema de treinamento, práticas e costumes alemães, escrevendo textos que enalteciam o Exército e a indústria bélica germânica. Essa reforma, além de prever a modernização, respondia ao processo de conscientização política incitada por Benjamin Constant. Entre os membros da Revista, estavam Bertoldo Klinger, Euclides Figueiredo, Leitão de Carvalho, Joaquim de Souza Reis, Epaminondas de Lima e Silva, César Augusto Parga Rodrigues, Amaro de Azambuja Vilanova e Francisco Jorge Pinheiro. Segundo Moraes

¹³ Revista lançada pelo Editorial de *A Defesa Nacional*, pesquisada na Academia Militar das Agulhas Negras – AMAN, em 03 de setembro de 2008.

(2004), embora o grupo tenha permanecido organizado até 1918, por intermédio da revista, ou seja, em um espaço de tempo relativamente curto (1913-1918)¹⁴, a compreensão de toda a problemática suscitada por eles deve considerar um espaço histórico bem mais amplo.

A defesa nacional, em largos traços, girava em torno de duas questões, sendo uma diretamente interligada à outra: a primeira, relacionada ao quadro estrutural e material do Exército, e a segunda questão, na visão do grupo, era de que não havia, no Brasil, uma Nação na forma como a concebiam, tendo como parâmetro a Alemanha. Os reformadores lançam, então, a resolução para esses problemas, de forma que a solução para um problema era diretamente a solução para o outro. Por isso, o nosso foco em analisar a participação desses militares na organização do Exército e a irradiação delas na sociedade.

3 A PARTICIPAÇÃO DOS INTELECTUAIS DA ÉPOCA

O Contestado (1912-1916) e a Primeira Guerra Mundial demonstraram, para as elites brasileiras, a consciência das fraquezas do Brasil, não se esquecendo do desastre de Canudos e a perspectiva da não muito distante experiência da Guerra contra o Paraguai. Essa consciência não foi imediata, pois não havia consenso sobre a linha de ação a ser adotada. É interessante destacar que até Rui Barbosa, grande adversário político dos militares, afirmou que o país não podia se eximir diante da violação do direito internacional. Olavo Bilac e Alberto Torres, de quem trataremos adiante, preconizaram que se fortalecesse o Brasil para torná-lo independente e autônomo, mas divergiram a respeito da guerra, propondo, cada um deles, diferentes papéis para as Forças Armadas. O debate sobre a Defesa Nacional girava em torno do serviço militar obrigatório, moldando ideias concorrentes sobre o papel do Exército na sociedade. Tal debate fez aflorar três interpretações da missão do Exército: a da Revista *A Defesa Nacional*, coincidindo com a de Olavo Bilac, interlocutor dos militares, a dos políticos e os intelectuais da época;¹⁵ principalmente a interpretação de Alberto Torres. Não queremos desconsiderar aqui outros debates, como o de Lima Barreto, o qual, apesar de tecer várias colocações sobre referido período, não tinha canais de interlocução com a classe dirigente do país.

O poeta se autointitulava “professor de entusiasmo”. Para ele, o papel defensivo das Forças Armadas era menos importante do que sua função de ensinar. A principal

¹⁴ Concentramos a nossa análise da Revista *A Defesa Nacional*, com paralelo à Liga da Defesa Nacional, pois foi nesse período que os Jovens Turcos existiram como grupo organizado em torno da Revista e apresentaram proposta comum. A partir de 1918, os Jovens Turcos deixaram de existir como grupo organizado (DOMINGOS NETO, 1980, p. 60).

¹⁵ Ver: OLIVEIRA, Tiago Siqueira de. *A Defesa do serviço militar obrigatório à luz dos discursos de Olavo Bilac*. Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais. FFC/UNESP. Marília, 2008.

função do Exército era a educação cívica dos cidadãos. O objetivo do serviço militar era trazer todas as classes para os quartéis, pois o Exército atuaria como nivelador social, ensinando disciplina, patriotismo e ordem. O perigo de uma casta militar seria eliminado, caso “[...] o Exército fosse o povo e o povo fosse o Exército”. Bilac apontava o serviço militar obrigatório como “uma promessa de salvação para o Brasil” (MCCANN, 2009, p. 219). O parnasiano refletia a ideia dominante na pequena-burguesia de que o Brasil não era uma nação coesa e unificada; para ele, as classes privilegiadas queriam apenas seu próprio prazer e prosperidade. Nisto concordamos com o poeta, mas podemos ressaltar que embora não existisse Nação, estava, naquele momento, sendo gestado um projeto de nacionalismo, nas formulações da Revista *A Defesa Nacional* e nas reuniões para fundação da Liga da Defesa Nacional. Era consenso dos formuladores da Liga que as classes inferiores, ou melhor, o povo em geral era mantido “na mais bruta ignorância”, demonstrando inércia, apatia, superstição e absoluta privação de consciência, enquanto os imigrantes estrangeiros viviam isolados pela língua e pelos costumes. “A militarização de todos os civis”, segundo o Príncipe dos Poetas, daria à sociedade as virtudes da classe média, dotando-a da coesão necessária para preservar-se. O serviço militar elevaria os da classe baixa e nivelaria os da classe alta. Em síntese, seria esse o objetivo de Bilac, via serviço militar.

Sodré (2010, p. 252), em complemento à realidade exposta por Bilac, mas com um olhar perspicaz, resalta que a Guerra demonstrou a fragilidade das nações que dependiam do estrangeiro para as coisas essenciais da vida. Começavam a ser improvisadas várias indústrias no Brasil. O nacionalismo econômico nascia, pois, com a guerra, abriam-se novas perspectivas de trabalho. Cômicos, também, dessa realidade, os militares debruçavam-se sobre a problemática da fragilidade geopolítica do Brasil. Assim, chegaram à conclusão de que os verdadeiros brasileiros eram os de classe média. Suas ideias sobre o “povo” eram permeadas de contradições. Nesse sentido, Cunha (2002, p. 34) ratifica que a questão da identidade nacional ganha um relevo singular, bem como assume, na concepção de muitos intelectuais, particularmente nos momentos de crise, como no caso da I Guerra Mundial, o significado de um despertar dos problemas nacionais e, claro, o impulso de recuperar ou construir um ideário de nação¹⁶.

A interpretação de Alberto Torres confere outra perspectiva ao papel dos militares. Torres fora Deputado Estadual e Federal, Ministro da Justiça e Negócios Interiores, Presidente do Estado do Rio de Janeiro e juiz do Supremo Tribunal Federal. Ele publicou, em 1914, dois livros importantes e muito discutidos: *O problema nacional* e *A organização nacional*¹⁷. Neste último livro citado, Torres concordava com Bilac, no

¹⁶ Para um debate profundo acerca das ponderações sobre a origem do republicanismo radical ao marxismo ver: CUNHA, Paulo Ribeiro R. da. Um olhar a esquerda: A utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré. Rio de Janeiro: Revan, 2002. Capítulo I.

¹⁷ Em nosso trabalho utilizamos a 4ª Ed., publicada pela Cia Editora Nacional, Universidade de Brasília, 1982.

que dizia respeito à organização do país. A seu ver, “o Brasil nunca fora organizado e estava perdendo dia-a-dia a pouca organização que possuía” (TORRES, 1982, p. 160). Ele não aceitava a proposta de Bilac. Conceituava-a como romântica. Para Torres (1982), os quartéis treinavam soldados, não cidadãos; a transmissão das virtudes cívicas constituiria um processo distinto daquele que ensinava habilidades militares. Se um bom soldado era virtuoso, altruísta e compassivo, era porque trouxera de casa e da praça essas virtudes. Os quartéis não produziriam tais qualidades; gerariam “pretorianos”. Citava a Alemanha do Kaiser como exemplo de que o “delírio militar” podia “turvar as almas [...], as próprias almas dos filhos de Schiller e dos descendentes de Kant!” Para ele, “esta nova ideia de ‘educação pela caserna’ é uma folha do mesmo livro de inverdades que aí circula [...] a velha panaceia do espírito autoritário que preconiza a educação para incutir as virtudes e qualidades que os do topo da sociedade julgam que os da base devem possuir” (grifos nossos). Na confusa “multidão de palavras, ideias e sentimentos” de Bilac, afirma Sobrinho (1968, p. 393-394), Torres identificava um alicerce da diferenciação de classe e corporação, na ideia da primazia militar como corretivo para a degradação civil.

Em artigo publicado em *O Estado de São Paulo* (22 de dezembro de 1915), Torres declarou duvidar que “num país sem ‘sociedade’ e sem ‘nação’, num povo a granel sem liga, sem vínculo, sem ambiente comum”, o treinamento militar, mesmo sob o comando de um general alemão, pudesse transformar o Brasil em uma “Turquia ou uma Bulgária”. E propôs, em vez de uma solução militar, em vez do modelo turco, que seguissem o modelo do Japão, Nova Zelândia e Austrália, construindo a unidade e a infraestrutura nacional. Alertou que devido à “anarquia da organização” no Brasil, o serviço militar obrigatório malograria antes de começar (SOBRINHO, 1968, p. 395).

Essa organização depende de uma reforma do regime constitucional que restrinja a autonomia dos Estados e dos municípios, enfeixando-os num sistema geral de interação e de harmonia, e de uma política, legislativa, governamental e administrativa, de educação, de propaganda, de ensino e de cultura, nas escolas, na imprensa e na tribuna: de reciprocidade de relações [...] Só assim a união brasileira repousará sobre uma base democrática: a comunidade da vida econômica e espiritual. (TORRES, 1982, p. 202).

O autor opunha-se ao caráter permanente do corpo de oficiais e do Exército, que, a seu ver, era remanescente do velho sistema dinástico. Segundo ele, um corpo permanente de oficiais necessariamente se tornaria uma hierarquia privilegiada, disciplinada e coesa, com tendência a evoluir para uma casta autoritária. Era ilusão supor que o recrutamento aberto, por produzir oficiais das classes baixa e média, eliminaria o perigo.

De certa forma, temos de concordar com Torres, até aqui, pois as reformas implementadas pela política de Góes Monteiro, no final da década de 1920, propiciou a elitização da seleção dos cadetes para a academia, como aponta Rodrigues (2008), em sua Tese de Doutorado sobre as formas de acesso à Escola de Formação de Oficiais. Torres, contraditoriamente, segundo nossa concepção, afirmou que a guerra na Europa demonstrara a necessidade de um exército de cidadãos, de uma milícia civil semelhante à da Suíça ou à Guarda Nacional dos Estados Unidos. Delineou um programa de educação física, manobras militares e prática de tiro, para um treinamento apropriado. Isto posto, podemos inferir que tal programa nada mais era do que seria, posteriormente, a função dos Tiros de Guerra. O autor concebia a defesa nacional como algo mais amplo do que a defesa militar.

Em verdade, a defesa militar nem é o principal, nem o primeiro, nem o mais vigoroso dos nossos meios de defesa. [...] A defesa Nacional ideal tem por base o governo constitucional, a educação pública, um sistema jurídico organizado, uma economia forte, cautela com o crédito externo, restrição aos investimentos estrangeiros e à imigração, uma política externa cordial, propaganda pacifista e, finalmente a força militar. (SOBRINHO, 1968, p. 395-397).

É interessante destacar que as propostas de Bilac e de Torres tinham pontos de aproximação, porém divergindo em relação ao modelo de serviço militar. Eles concordavam em alguns aspectos: a necessidade de patriotismo, de ordem, de um ideal nacional, da unidade nacional da eliminação da apatia. Ambos recomendavam que os militares ficassem longe da política, pois um Exército político não passava de mera facção, deixava de ser um Exército. A política dividiria, separaria e desmembraria o Exército. Sobrinho (1968, p. 399), biógrafo de Torres, comentou que “um exército político seria como um partido, pela razão de que não pode e não deve ser uma facção”. Paralelamente, MacCann (2009, p. 223) afirma que Torres duvidava da compatibilidade da democracia com um Exército permanente, preferindo, como alternativa, uma Guarda Nacional ou milícia civil, opção esta que os militares rejeitavam.

Em uma terceira perspectiva, complementar às três anteriores, porém divergente em alguns aspectos, Afonso Henriques de Lima Barreto¹⁸ se posicionava contrariamente a Olavo Bilac, entendendo que o Serviço Militar Obrigatório seria nefasto para toda a população. Segundo Lima Barreto (1914), “o serviço militar era um

¹⁸ Afonso Henriques de Lima Barreto, nasceu no dia 13 de maio de 1881, filho de mulatos. Sua mãe Amália Augusta Barreto faleceu quando ele tinha seis anos de idade. Seu pai João Henriques de Lima Barreto era tipógrafo, ficando com quatro filhos pequenos. Mesmo sendo de família humilde, Lima Barreto realiza seus estudos ingressando no liceu popular niteroiense, às expensas de seu padrinho, o Visconde de Ouro Preto. Em 1903, abandona o curso de engenharia e ingressa, por concurso, na Secretaria da Guerra, onde passa a trabalhar como amanuense. A partir desse período trava relações com o meio intelectual da época. Colaborou na imprensa carioca, em diversos jornais escrevendo reportagens, crônica e folhetins nos jornais Correio da Noite, Correio da Manhã, Jornal do Comércio. Faleceu no Rio de Janeiro, no dia 1º de novembro de 1922. LIMA BARRETO, Afonso H. Triste fim de Policarpo Quaresma. São Paulo: Moderna, 1990.

crime criado pelo Estado de Guerra Alemão”, conforme escreveu em uma crônica sobre a guerra, publicada em 14 de dezembro de 1914, no Jornal *Correio da Noite*.

Obrigou todos os países a estabelecerem esse crime contra a liberdade, contra a independência, essa violência aos temperamentos individuais que é o serviço militar obrigatório. (LIMA BARRETO, 1914, p. 1).

Dessa forma, Alberto Torres e Lima Barreto, divergindo em algumas particularidades, tecem críticas à proposta de Bilac. Torres temia a hegemonia militar no contexto político e social. Ele defendia, conforme Lima Barreto, que deveria existir outra forma de inserção dos mais pobres na sociedade, principalmente por meio da educação. “Para que haja alteração dessa conjuntura social e o estabelecimento de qualquer forma de reforma, seria de suma importância o conhecimento das singularidades políticas, jurídicas, social, econômica e cultural do Brasil” (REZENDE, 2000, p. 35). A elite deste país nunca se preocupou com a situação da população pobre, mas, sim, com seus interesses, e o poeta tinha plena consciência disso. Bilac poderia ter reservas quanto ao militarismo, mas acreditava que o SMO seria a única forma de dar o primeiro passo rumo à inserção dos mais pobres no acesso à educação.

Torres fundamentava suas posições argumentando que “o Brasil era um país novíssimo, sem raça própria, sem nacionalidade, sem caráter. O futuro do Brasil dependia das tendências e da educação que lhe fossem dadas” (TORRES, 1982, p. 94). Cabe perguntar: quais “tendências”, e qual a proposta de “educação”? Moraes (2004, p. 101) ressalta, em seu trabalho, que Torres realiza uma crítica bem fundamentada ao SMO. O que salta aos olhos, nas considerações deste último autor, é que havia, em suas reflexões, um complexo de mudanças constitucionais que teriam de ser realizadas por meio do Legislativo e possibilitando a realização da educação para população em geral. Porém, Torres, como homem de seu tempo, possuía traços do pensamento conservador, notadamente nas teses sobre raça, em ascensão naquele período. O problema, no pensar deste autor, é que sua referência de nação estava na cor de pele e na origem aristocrática, adotando-se o modelo europeu de nação, como parâmetro para analisar o Brasil. O que estava em jogo eram os valores a serem discutidos e enaltecidos no brasileiro, e não sua cor de pele. Outro olhar de retrovisor dele, estava baseado no modo de produção. Bilac, em ajuste com os Jovens Turcos, propunha a indústria. Alberto Torres, em contrapartida, defendia a adoção do modelo agroexportador, já em início de decadência, particularmente no tocante ao café, devido, principalmente, ao caráter de subordinação que esse modelo econômico causava ao país.

O Brasil tem de ser uma república social, por força de seu destino, e da fatalidade de seu surto da era da questão social; e tem de ser, intuitivamente, uma república agrícola. É preciso que seja, porém, uma república social, previdente e conservadora,

para que o povo sinta um dia a necessidade de arrancar à força o que os governos lhe podem dar dentro da ordem, sem prejuízos de terceiros. (TORRES, 1982, p. 132).

Percebemos, na citação acima, que o autor acreditava que o Brasil identificava como possibilidade de desenvolvimento apenas na agricultura. Mas como podemos pensar em república social com concentração de terra? Como o povo arrancaria à força a realidade do *status quo* e dentro da “ordem, sem o prejuízo de terceiros”? Apenas com a superação daquela estrutura falida seria possível conquistar os objetivos concretos da população pobre. É interessante destacar que poderíamos realizar diversas inferências sobre a citação acima, mas como esta ação nos desviaria de nosso propósito, apenas vamos citar alguns exemplos: alusão dele em relação à falta de pagamento de indenizações aos proprietários de escravos; o medo dos grandes latifundiários em dividir suas propriedades, entre outros. Bilac (1965), por outro lado, tinha objetivo bem definido e visão de conjunto, proporcionada pelas viagens que fizera pelo Brasil. E, como propagador do nacionalismo, procurava maquiara as contradições da sociedade, em favor da unidade nacional.

[...] este imenso território, povoado por mais de vinte e cinco milhões de homens, que não são continuamente ligados por intensas correntes de apoio e de acordo, pelo mesmo ideal, pela educação cívica, pela coesão militar; conflitos ridículos sobre fronteiras, dentro da integridade da pátria, explorados pela retórica, envenenados pelo fanatismo, originando guerras fratricidas; a desigualdade entre Estados irmãos, desirmanados pela diferença das fortunas e das prendas, estes ricos e felizes, prosperando e brilhando, desenvolvendo o seu trabalho e a sua instrução, e aqueles pobres, sem ventura, sem pão, sem ordem, sem escolas, assolados pelos flagelos da natureza ou talados pelos desmandos da governação; e descontentamentos e rivalidades, e indiferenças, desamor, falta de unidade nacional [...] (BILAC, 1965, p. 38).

Bilac (1965) supunha que, se ficasse muito na crítica, não haveria avanços concretos. O poeta procurou exaltar a união, em detrimento do debate crítico, com o intuito de atingir seu objetivo, em relação ao SMO. A missão de Bilac era reconciliar São Paulo, por intermédio de sua juventude, com os militares, ou melhor, reconciliar, com estes, os cidadãos de todo o Brasil. Torres (1982), em contrapartida, postulava que as Forças Armadas são instituições autorizadas pelo Estado para administrar a violência, sendo necessário serem fiscalizadas e possuírem participação diuturna da sociedade, em assuntos de interesse nacional. O mais importante, conforme Torres, era a organização da burocracia estatal. A construção de uma consciência nacional e do nacionalismo não seria tão simples.

Alberto Torres considerava o Serviço Militar Obrigatório como a forma menos democrática de organização das Forças Armadas, visto que, para ele, crava um estado feudal de classe, com os oficiais acima do povo. Defendia que, antes de solucionar a ques-

tão da organização militar, o problema mais urgente era o da organização nacional. (KUHLMANN, 2001, p. 67).

Alberto Torres compartilhava da ideia de que o fortalecimento do Exército elevaria este a uma força política. O autor se preocupava com vários aspectos do território nacional, sendo inclusive a Amazônia objeto de estudo.

O problema da Amazônia é gravíssimo, no ponto de vista social, no econômico e, possivelmente, no político. Com os abusos da exploração e desbarato de terras e dinheiro, com a destruição vandálica de suas preciosas florestas de seringais e madeiras, excesso de tributação e desgoverno, e com já considerável desenvolvimento de propriedades estrangeiras, é muito para temer-se [...] (TORRES, 1982, p. 206).

Podemos citar, para contribuir com a reflexão, outro intelectual de grande prestígio nessa questão, Manoel Bomfim¹⁹. Embora tivesse como princípio fundamental, em suas considerações, a questão da soberania nacional, Manoel Bomfim não possuía maiores semelhanças com Alberto Torres. Segundo Moraes (2004, p. 105), o autor acima mencionado, tinha, para a época, posição bastante progressista. A autora, citando Rezende (2002a, p. 76), afirma que, nos escritos de Bomfim, havia absoluta descrença sobre a possibilidade de que os setores preponderantes construíssem quaisquer caminhos rumo à democracia, à soberania, ao desenvolvimento social, ao progresso industrial e científico, à modernização e à reelaboração da República. Vale ressaltar que, na década de 1920, Manoel Bomfim foi membro atuante da Liga, no Rio de Janeiro.

[...] sua ideia de revolução que tinha sentido bastante preciso em seus escritos, ou seja, ela significava a busca por meio de uma educação capacitadora para o progresso industrial. Sua perspectiva de mudança social lidava com horizontes de embates e enfrentamentos, principalmente com setores preponderantes, que eram os bacharéis, para romper com o passado e com a mentalidade que condenava o brasileiro, de incapacidade política. (REZENDE, 2002a, p. 76-77).

Percebemos que o embate de ideias era rico e, fora as divergências de ordem ideológica, as discussões demonstravam uma preocupação comum: a questão nacional. É nesse contexto, ainda da tradição de obras que tinham a pretensão de contribuir para explicar o Brasil, que Olavo Bilac e Manoel Bomfim lançaram, em 1910, a obra *Através do Brasil*. Segundo Botelho (2002), esse livro apresentava um debate sobre a formação de portadores sociais de um projeto de modernização, baseado na ideia de nação então em expansão. As discussões propostas por *Através do Brasil* tinham, como eixo norteador, a

¹⁹ Manoel Bomfim nasceu em Sergipe e formou-se médico na Faculdade de Medicina da Bahia. Suas principais obras são: *América Latina; Males de Origem*, de 1905, *O Brasil na América de 1929*, *O Brasil na História* e *O Brasil Nação*, ambos de 1931. Sobre a sua posição anti-militarista ver: AGUIAR, Ronaldo Conde. *O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: TOPBOOKS, Anpocs, 2000.

questão da formação da Nação, ou seja, dos brasileiros. Como define Botelho (2002, p. 3), “objetivava discutir a relação pragmática estabelecida originalmente por intelectuais republicanos entre literatura e educação, tendo em vista contribuir para os processos associados de construção do Estado-Nação e de modernização do Brasil.” Cabe ressaltar que esta obra não foi a primeira a tentar afirmar que a educação era o meio mais adequado para construir a Nação. Em 1890, foi editado o livro *A educação Nacional*, de autoria de José Veríssimo, o qual trata da importância da educação pública e nacional como sendo a fonte de criação da identidade nacional. O autor alerta para a necessidade da educação, como veículo de conhecimento da realidade nacional, baseada na discussão historiográfica.

Dos meios a que podem recorrer para trazer o espírito nacional sempre desperto, é dos principais o estudo da história da pátria, porque o conhecimento da pátria é a base do patriotismo. No Brasil este estudo não é somente descuidado, mas não existe, nunca existiu, e a consequência é a profunda ignorância em que vivemos da nossa história. (VERÍSSIMO, 1906, p. 115).

José Veríssimo atribui não só à escola o papel da educação, “mas a todas as forças e órgãos sociais: à família, às religiões, ao governo, à política, à ciência, à arte e à literatura” (Veríssimo, 1906, p. 206). O autor citava outros países, como, por exemplo, Alemanha, França e Estados Unidos, os quais faziam, da educação, instrumento básico de construção nacional. No continente sul-americano, o exemplo mais próximo era a Argentina, que, por lei de 1884, reformulou totalmente a educação primária, dando-lhe sentido democrático e nacionalizante (CARVALHO, 1999, p. 240). Porém, Bilac (1965), opondo-se a Bomfim, Torres e Lima Barreto, considerou que o Exército deveria adotar um dispositivo disperso e capilar, visando manter os laços com o povo, ou seja, formar o cidadão por meio do SMO.

Podemos considerar, neste tópico, que o projeto de SMO bilaquiano, do qual Torres era veementemente contra, foi o que se consolidou. O posicionamento de Torres alinhava-se à fração agrária dominante, que era contra as propostas de Bilac. A influência dos militares e de políticos dissidentes das oligarquias regionais delineou esse projeto de Defesa Nacional proposto pelo poeta. Podemos concluir que os discursos de Bilac eram similares à proposta de modernização dos Jovens Turcos, sendo o Poeta disseminador do projeto de Defesa Nacional, a partir do SMO. Bilac transitava entre as lideranças políticas federais e a cúpula militar, conseguindo concitar a pequena-burguesia a servir nos quartéis.

Como a morte logo tiraria esses dois pensadores de cena (Torres, em março de 1917, e Bilac, em dezembro de 1918), os militares puderam adotar ideias selecionadas dos escritos e discursos de ambos, sem maiores embaraços. Em 1939, o presidente

Getúlio Vargas decretou que, no dia 16 de dezembro, aniversário de Bilac, fosse comemorado o “Dia do Reservista”; em 1966, o presidente, General Humberto de Alencar Castelo Branco, elevou o poeta ao *status* de “Patrono” do serviço militar.²⁰ Para contextualizarmos os pressupostos da Liga da Defesa Nacional, apresentaremos os discursos de Bilac, remetendo-nos às publicações da Revista *A Defesa Nacional*, do período de 1914 a 1918. Esta análise provoca-nos a transformar a Liga em uma expressão de Partido Militar, operacionalizando a construção da nacionalidade brasileira por meio de políticas de Estado de Defesa Nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cabe indicarmos que, segundo nosso referencial teórico, a Liga seria um expressão de um Partido Militar, capitaneada pelo Poeta, o qual se baseou nos postulados dos Oficiais que fizeram parte da Revista *A Defesa Nacional*. Outra figura eminente nesse debate e fundamentação de nossa exposição era o apoio prestado pelo General José Caetano de Faria, “que de 1910 a 1914 foi chefe do Estado Maior do Exército e Ministro da Guerra de 1914 a 1918” (MCCANN, 2009, p. 224). O General Caetano de Faria foi quem recebeu o plano de treze itens, criado pelos Oficiais da Revista *A Defesa Nacional*, para nortear a modernização do Exército e, posteriormente, a Nação²¹.

O Projeto Nacional foi direcionado pelos militares, de acordo com o que pretendiam para a modernização do Estado. O separatismo regional, como por exemplo o Contestado, preocupava no que concernia à questão da unidade nacional. A preservação do território brasileiro, tão arduamente defendida pelo Barão do Rio Branco, estava em risco. Ocorria paralelamente ao Contestado, outra mobilização popular, que mais tarde assustaria a elite burguesa, com o início das greves operárias. Essas greves posteriormente seriam vistas com desconfiança, principalmente, após o outubro vermelho de 1917, na Rússia. As greves, ainda, “poderiam se desenvolver, pois os militares realizavam defesa intransigente da soberania nacional, baseada na proteção a indústria, da laicidade do Estado e da identificação da causa republicana, ligada à causa patriótica e popular” (MORAES, 1991, p. 71). Bilac, para tanto, conseguiu adeptos ao seu Projeto Nacional, em São Paulo, que abordamos com maior profundidade no quarto capítulo de nossa Dissertação de Mestrado²², no tocante à particularidade da Liga Nacionalista Paulista.

²⁰ Decreto-Lei nº 1.908, de 26 dez. 1939 (assinado por Getúlio Vargas, Eurico Gaspar Dutra e Henrique A. Guilhem); Decreto nº 58.222, 19 abr. 1966 (assinado por H. Castelo Branco, Zilmar de Araripe Macedo, Arthur da Costa e Silva e Eduardo Gomes). Textos em General Moacir Araújo Lopes, **Olavo Bilac, o Homem Cívico**, Rio de Janeiro, Liga da Defesa Nacional, 1968, p. 43-45.

²¹ Para observar o debate, em torno da modernização do Exército. ver: MCCANN, Frank D. *Soldados da Pátria. História do Exército Brasileiro. 1889 a 1937*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2009. p. 214-289

²² OLIVEIRA, Tiago S. *A Liga da Defesa Nacional: um projeto de modernização para o Brasil*. 2012.207 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2012.

A Liga da Defesa Nacional, em nossa hipótese, enquanto expressão de um Partido Militar seria o fórum ideal para o debate acerca da construção de um projeto unitário, configurando-se em Partido Militar, incorporando o Serviço Militar, como também, outras demandas de caráter social e político. Porém, os proponentes desse projeto não conseguiram manter o controle dos objetivos propostos, como, os desdobramentos, em São Paulo, na Liga Nacionalista. Podemos analisar que dentro do conceito de solidariedade orgânica²³, Bilac identificava a Família como fator de coesão social. Seu objetivo central em relação ao Serviço militar era congregar os civis em torno da causa da fragmentação social e territorial temida pelos militares. McCann (2009)²⁴ acusou Bilac de não levar em conta os problemas regionais (Contestado) do Brasil e de ter opiniões contraditórias sobre o “povo”, assumindo um nacionalismo exacerbado, sem entrar nas discussões pormenorizadas dos problemas. Contudo este autor não percebeu que Bilac utilizava-se do entusiasmo para conquistar a pequena-burguesia, a qual estava alheia das necessidades da unidade nacional e do desenvolvimento do país, por meio de um projeto unificado de desenvolvimento.

Em seu discurso em São Paulo, o poeta, asseverava que aquela geração, infelizmente não iria colher os frutos do que semeariam. “[...] Todavia, as gerações futuras seriam as privilegiadas desta ação tomada por ele e compartilhada com as Instituições por onde ele passava” (BILAC, 1924, p. 52). É interessante destacar a valorização dada por Bilac à responsabilidade que as pessoas teriam para com o futuro. Acreditamos, com base em nossas leituras, que a incerteza gerada pela I Guerra Mundial teria colaborado para o clima daquele momento histórico, gerando como argumentou Benedict Anderson (2008), a identidade nacional baseada em uma “comunidade imaginada”. Pois como a educação é fundamental para a construção do Estado-Nação, o professor, segundo Bilac, “[...] é o primeiro responsável pela Defesa Nacional” (Bilac, 1924, p. 60).

²³ No que se refere à divisão do trabalho, Dürkheim considera que a característica fundamental da sociedade moderna é a divisão social do trabalho, porque suas diferentes esferas se diferenciam entre si e se especializam o que concorre para a integração dos indivíduos na sociedade. Para Dürkheim a existência da divisão social do trabalho determina o grau de coesão entre os indivíduos de uma determinada sociedade. No caso das sociedades tradicionais, como não há uma divisão social do trabalho, os indivíduos estão integrados na coletividade pela tradição e pelo costume, ou seja, por uma consciência coletiva que indicam suas formas padronizadas de pensamento ou conduta. O tipo de solidariedade apresentado nestas sociedades é a solidariedade mecânica. A solidariedade orgânica seria a solidariedade típica da sociedade capitalista moderna. Esta solidariedade decorre da evolução da sociedade, que promove a diferenciação social por meio da divisão do trabalho. Portanto, a função da divisão social do trabalho seria a de criar um sentimento de solidariedade entre os homens. Para Dürkheim, as diferenças sociais criadas pela divisão social do trabalho, unem os indivíduos pela necessidade de troca de serviços e pela sua interdependência: “o ideal de fraternidade humana só pode ser realizado na razão do progresso da divisão do trabalho”. Para Dürkheim a solidariedade trás harmonia para a sociedade, ou seja, Bilac procura evitar o conflito, propondo o consenso entre as classes sociais antagônicas expostas acima. Para leitura sobre o conceito de solidariedade mecânica e orgânica ver: Durkheim, E. Da divisão do trabalho social. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

²⁴ McCann, Frank D. *Soldados da Pátria*, p. 219-221. McCann (2009) afirma que Bilac poderia estar alheio à realidade do conflito do Contestado e ter visão contraditória em relação ao povo. Porém, segundo os Discursos de Bilac, verificamos que ele viajou para todas as regiões do Brasil, procurando identificar a especificidade de cada região, defendendo a Unidade para construir a Nação respeitando a diversidade. A classe média para o poeta, apesar da imprecisão do conceito de classe média, seria a mais adequada para governar o país. Ele entendia que a corrupção e o coronelismo dominavam o cenário político regional. Mas, Bilac não poderia ser direto na crítica ao sistema político, pois se ele atacasse direto o sistema, não conseguiria plantar a semente que colocaria o povo diante da instrução (leia-se: educação) e muito menos teriam conhecimento dos meandros da constituição (organização) do país.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. Tradução: Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Ática, 1989.
- _____. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo**. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Cia das Letras, 2008.
- APPADURAI, Arjun. **Soberania sem territorialidade**: notas para uma geografia pós-modernacional. *Novos Rumos CEBRAP*, São Paulo, nº 49, 1997, p. 33-46
- BHABHA, Homi. **O Local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- BILAC, Olavo. **Últimas Conferências e Discursos**. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1924. 140 p.
- _____. **A Defesa Nacional** (Discursos). Rio de Janeiro: Ed. Biblioteca do Exército, 1965. 144 p.
- BARTH, Fredrik. **O Guru, O Iniciador e Outras Variações Antropológicas** (organização de Tomke Lask) Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.
- BOTELHO, A. **Aprendizado do Brasil: a nação em busca dos seus portadores sociais**. Campinas: UNICAMP, 2002.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **História do Serviço Militar**. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/smo/História>>. Acesso em: 15 fev.2008.
- _____. **Decreto nº 57.654**, de 20 de janeiro de 1966. Regulamenta a lei do serviço Militar (Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964), retificada pela lei nº 4.754, de 18 de agosto de 1965. Disponível em: <<http://www.dgp.eb.mil.br/normas/r199.htm>>. Acesso em: 25 abr.2008.
- BRANDÃO, Antonio Adelino M. Da Silva. **Olavo Bilac e o serviço militar**: O homem, o artista, o patriota. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército, 1969. 66p.
- BRASIL BANDECCHI, Pedro. **A Liga Nacionalista**. São Paulo: Parma, 1980
- _____. **A Bucha a Maçonaria e o espírito liberal**. São Paulo: Livraria Teixeira, 1978
- CARDOSO, Vicente Licínio. **À Margem da história da República**. Tomo I. Biblioteca do Pensamento Político Republicano. Brasília: Editora UNB, 1981.
- _____. **À Margem da história da República**. Tomo II. Biblioteca do Pensamento Político Republicano. Brasília: Editora UNB, 1981.
- CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- _____. **As Forças armadas na primeira república**: O poder desestabilizador. In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira - Tomo III- O Brasil Republicano, 2º Volume - sociedade e Instituições*. Rio de Janeiro: Difusão Editorial, 1978. 380 p.
- _____. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1987. 196 p.
- _____. **Forças Armadas e Política no Brasil**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006. 221 p.
- CUNHA, Paulo Ribeiro R. CABRAL Fátima (org.). **Nelson Werneck Sodré**: entre o sabre e a pena. São Paulo: Editora Unesp, 2006. 357 p.

- _____. **História Militar do Brasil**. In: Silva, Marcos (Org.). Dicionário Crítico Nelson Werneck Sodré. Rio de Janeiro: Ed UFRJ, 2008. p. 189-194.
- COELHO, Edmundo Campos. **A instituição militar no Brasil: um ensaio bibliográfico**. In: Revista BIB, n. 19, pp. 5-19, 1.º sem. 1985.
- GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 3. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2000.
- FONSECA JÚNIOR, Hermes da. **A Escola Superior de Guerra na Política Brasileira: Um Estudo sobre o pensamento militar diante da questão agrária (1949-1964)**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro - RJ, UFRRJ. 1998.
- GONZALES, Selma Lúcia de Moura. **A territorialidade militar terrestre no Brasil: Os Tiros de Guerra e a estratégia de Defesa**. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2008.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.
- HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **A fronda pretoriana**. In. HOLLANDA, Sérgio Buarque de. O Brasil do Império: do Império à República. Vol. 5. Rio de Janeiro: Betrand Brasil, 1977. 306-347 p.
- KRAAY, Hendrik. **Repensando o recrutamento militar no Brasil Imperial**. Diálogos: Revista do Departamento de História da UEM, Maringá, PR, v. 3, n. 1, 1999. Disponível em: http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/vol03_atg3.htm Acesso em 20 Jun 2009.
- LEITÃO, Luiz Ricardo. **Lima Barreto: o rebelde imprescindível/ Luiz Ricardo Leitão**. 1ª Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2006. 112 p.
- LEMOES E NETO, Renato Luís do Couto. **Benjamin Constant: Vida e Obra**. Rio de Janeiro: Editora TOPBOOKS, 1999. 572 p.
- LIMA BARRETO, Afonso Henrique. **Os Bruzundangas**. Rio de Janeiro: Ed Cultura Brasileira, 2003. 80 p.
- _____. **Triste fim de Policarpo Quaresma**. São Paulo: Editora Moderna, 1984. 112 p.
- LUDWING, Carlos Antonio. **Democracia e Ensino Militar**. São Paulo, 1982.
- MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos - Filosóficos**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2004. 174 p.
- MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército, 1998. 216 p.
- MCCANN, Frank D. **Soldados da Pátria – História do Exército Brasileiro 1889-1937**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 705 p.
- MENDES, Fábio Faria. **Encargos, Privilégios e Direitos: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX**. In. CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Orgs.) Nova História militar brasileira. Rio de Janeiro: FGV, Bom Tempo, 2004.
- MORAES, João Quartim de. **A Esquerda Militar no Brasil**. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2005. 238 p.
- MORAES, Márcia Cristina de. **Jovens Turcos: militarismo e nacionalismo. Uma leitura da revista A Defesa Nacional (1913-1918)**. Dissertação de Mestrado Em Ciências Sociais. Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP, Campus Marília, 2004.

OLIVEIRA, Tiago S. **A Liga da Defesa Nacional: um projeto de modernização para o Brasil.** 2012. 207 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2012.

_____. CUNHA, Paulo Ribeiro R. da. **A formação se um “Cidadão” apto para a convivência em sociedade.** In: 3º Encontro de Segurança Pública e Cidadania - Violência e Políticas Públicas de Segurança: pesquisa e ação, 2007, Marília - SP. Anais do 3º Encontro de Segurança Pública e Cidadania - Violência e Políticas Públicas de Segurança: pesquisa e ação. Marília - SP, 2007. v. 1

_____. **A defesa do serviço militar, a luz dos discursos de Olavo Bilac.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais). Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Câmpus Marília, 2008.

OLIVEIRA VIANA, Francisco José de. **Evolução do Povo Brasileiro.** Rio de Janeiro: Ed José Olympio, 1956.

_____. **Populações meridionais do Brasil.** 4ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1973 .

PEIXOTO, Antonio Carlos. **Exército e Política no Brasil:** Uma crítica dos modelos de interpretação. In: Rouquié, Alain (Org.). Os Partidos Militares no Brasil. Rio de Janeiro: Ed Record, 1980. p. 27-42.

REZENDE, Maria José de. **Mudança social e conciliação em Euclides da Cunha.** Acta Sientiarim, Maringá, v. 24, n. 1, p. 189-199, 2002b.

_____. **Soberania nacional e mudança social em Manoel Bomfim.** Cadernos de Estudos Sociais, Receife, v. 18, n. 1, p. 73-92, jan./jun., 2002ª.

RODRIGUES, Fernando da Silva. **Uma carreira: as formas de acesso à Escola de Formação de Oficiais do Exército Brasileiro no período de 1905 a 1946.** Tese de Doutorado em História. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. UERJ, 2008. 268 f

SADER, Emir. **Gramsci:** poder, política e partido 1ª Edição. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005. 144 p.

SANTOS, Miriam de Oliveira. **Um Olhar sobre as Instituições escolares militares brasileiras do fim do século XIX ao início do século XX.** Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos - RBEP, v88, n 219 p.310-330. maio/ago2007.

SOBRINHO, Barbosa Lima. **Presença de Alberto Torres.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1970.

_____. **História militar do Brasil.** 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. 439 p.

Revista. “**A Defesa Nacional**”. Edição nº 4, Rio de Janeiro, de 10 de janeiro de 1914.

_____. “**A Defesa Nacional**”. Edição nº 7, Rio de Janeiro, de 10 de abril de 1914.

_____. “**A Defesa Nacional**”. Edição nº 9, Rio de Janeiro, de 10 de junho de 1914.

_____. “**A Defesa Nacional**”. Edição nº 10, Rio de Janeiro, de 10 de julho de 1914.

_____. “**A Defesa Nacional**”. Edição nº 12, Rio de Janeiro, de 10 de setembro de 1914.

_____. “**A Defesa Nacional**”. Edição nº 13, Rio de Janeiro, de 10 de outubro de 1914.

_____. “**A Defesa Nacional**”. Edição nº 14, Rio de Janeiro, de 10 de novembro de 1914.

_____. “**A Defesa Nacional**”. Edição nº 15, Rio de Janeiro, de 10 de dezembro de 1914.

_____. **“A Defesa Nacional”**. Edição nº 16, Rio de Janeiro, de 10 de janeiro de 1915.

_____. **“A Defesa Nacional”**. Edição nº 17, Rio de Janeiro, de 10 de fevereiro de 1915.

_____. **“A Defesa Nacional”**. Edição nº 18, Rio de Janeiro, de 10 de março de 1915.

_____. **“A Defesa Nacional”**. Edição nº 19, Rio de Janeiro, de 10 de abril de 1915.

TREVISAN, Leonardo. **O que todo cidadão deve saber sobre o pensamento militar brasileiro**. (Coleção Cadernos de educação política, 6) São Paulo: Global, 1985.

TORRES, Alberto. **Organização nacional**. 1914. Reimpressão, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982. 332 p.

_____. **O problema nacional**. 1914. Reimpressão, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982. 320 p.

VERÍSSIMO, José. **A educação nacional**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1906.

Data de submissão: 01/09/2013

Data de aprovação: 20/09/2013

